



ACRIDES
ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS DESFAVORECIDA



**RELATORIO DE FORMAÇÃO SOBRE CONCEÇÃO DE PROJETOS BASEADOS EM DIREITOS E EM
RESULTADOS PARA APOIO A LUTA CONTRA EXPLORAÇÃO E ABUSOS SEXUAIS**

CABO VERDE

Praia, 09 de abril 2021

Leonilda dos Reis, mestre em sociologia do desenvolvimento
Fernando Pinto, pós-graduado em gestão e políticas públicas

INDICE DA MATÉRIA

	Páginas
Siglas	3
I. Introdução	4
II. Metodologia	4
III. Programação baseada nos direitos	5
a. Diferença entre as abordagens baseadas em necessidades e em direitos	6
b. Abordagens direitos funciona em dois sentidos: Detentores de Direitos e Detentores de Deveres	7
c. Vantagens praticas do uso de abordagem direitos	7-8
d. Porquê adotar uma programação baseada nos direitos	8
e. Programação baseada nos direitos da criança	8
IV. Ciclo de Projeto	9
V. Projeto como parte integrante e resultado de um Programa e duma programação	10
a. Análise da situação	10
b. Análise das partes interessadas	11
c. Análise estratégica da organização	11-12
d. Matriz das intervenções	12
VI. Projeto e sua estrutura	13
a. Afinal o que é um projeto	13
b. Estrutura de um projeto	13
c. Conteúdo dos capítulos de um projeto	14
d. O quadro lógico	16-17
e. Seguimento e avaliação	18
f. Calendarização das atividades	20
g. Orçamentação	21-22
VII. Anexos	23-25

SIGLAS

CDC	Convenção dos Direitos da Criança
MQL	Método do Quadro Lógico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PBDC	Programação baseada nos Direitos da Criança
PJ	Polícia Judiciária
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats, Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
UNDAF	The United Nations Development Assistance Framework (UNDAF) Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF)

I. INTRODUÇÃO

O Projeto “reforçar o sistema e o mecanismo de proteção das crianças contra exploração e abuso sexual em Cabo Verde” prevê no seu Resultado 1 que *“70 Profissionais de proteção infantil que são membros de redes locais têm um maior conhecimento da proteção infantil, exploração e abuso sexual, e da gestão de projetos de proteção infantil com base em resultados”*, o presente relatório cobre a última subcomponente referente a gestão de projetos.

Esta formação, programada para 2021, responde a necessidade da rede se autossustentar através de procura de parcerias técnicas financeiras com projetos de qualidade para atingir resultados fixados com relação a contribuição na restauração dos direitos em violação, e neste caso específico contribuir para reduzir a incidência de exploração e abuso sexual infantil em Cabo Verde.

O reforço da capacidade dos membros das redes é uma estratégia de sustentabilidade das ações pois o combate é de longo percurso.

II. METODOLOGIA

Tratando-se de dar ou contribuir a soluções para os direitos em violação, foi escolhida iniciar a formação pelas noções básicas de abordagem e programação baseada em direitos que vinham já se anunciando nas duas formações anteriores ou em simultâneo como aconteceu agora nesta de março 2021, cobrindo também as áreas de direitos, proteção e seu mecanismo.

Esta primeira etapa contou com sete coordenadores de redes que durante seis (6) dias em presencial debruçaram sobre o conjunto dos temas apresentados em power point, discutidos de forma participativa sobretudo para clarear os conceitos e metodologias e a exposição dos esboços do plano de trabalhos 2021 pelos membros das redes. Cinco outros dias foram dedicados ao coaching de cada um dos coordenadores. Exceção feita da representante de Santo Antão. Em resultado, esta disponível os draft dos PT 2021 das redes e dos projetos a submeter a Cooperação Portuguesa.

Lembrando que esta formação irá contribuir para que se atinja o **R 2.:** *A capacidade institucional da rede nacional é reforçada para assegurar o seu funcionamento sustentável e o financiamento para proteger as crianças da exploração e abuso sexual.* Esperando em consequência *que pelo menos três projetos sejam submetidos para financiamento e um financiado.* Neste particular, a ficha do projeto da Cooperação Portuguesa-Instituto Camões serviu para exercício de elaboração de projeto. Alguns serão submetidos a esta entidade.

Uma outra fase, consiste em descentralizar a formação através da realização das mesmas nas ilhas no mesmo momento em que se fará visitas de terreno para ativar as redes, encontrar os parceiros chave para informar sobre o atual projeto (as autarquias mudaram as figuras de gestão nas ilhas: novos presidentes das Câmaras), discutir sobre o funcionamento das redes. Neste momento, os coordenadores das redes nas diferentes ilhas estão a planificar essas ações. Com esta estratégia, almeja-se atingir o resultado dos 80% dos membros das redes formados em direitos, proteção e conceção e gestão de projetos (ver quadro lógico do projeto).

III. PROGRAMAÇÃO BASEADA NOS DIREITOS

A abordagem baseada nos direitos é um conjunto de ações com foco nos direitos humanos implementadas de forma sistemática e abrangente /holística o que as torna eficazes.

A abordagem baseada nos direitos humanos fortalece as capacidades dos detentores de deveres (família, comunidades, estado) para que assumam as suas responsabilidades e encoraja os detentores de direitos (grupos vulneráveis, crianças) a fazer com que esses direitos sejam respeitados. Os Estados têm uma responsabilidade tripla: são obrigados a respeitar, a proteger e fazer valer os direitos fundamentais.

A programação baseada nos direitos significa que os direitos humanos, os direitos da criança orientam e guiam a programação, ou seja, quando através da programação busca-se a realização dos direitos de todos ou busca-se a restabelecer os direitos violados em relação a uma categoria da população como por exemplo as crianças exploradas e abusadas sexualmente.

Do ponto de vista dos direitos, a situação das crianças exploradas e abusadas sexualmente demonstram que se violam, em parte ou totalmente, com todos os princípios fundamentais da CDC: o interesse superior da criança; o direito a vida, a sobrevivência e ao desenvolvimento; o respeito pela opinião da criança; Direitos civis e liberdades. Deste fato, obriga-se a aplicação de medidas especiais de proteção para que se garanta os direitos conforme as especificidades das vulnerabilidades incluindo a insegurança no seio familiar. Portanto a programação far-se-á na intenção de realização dos direitos.

a. Diferença entre as abordagens

OUTRAS ABORDAGENS BASEADAS EM GERAL NAS NECESSIDADES	ABORDAGENS BASEADAS EM DIREITOS
A ação é voluntária ou opcional: satisfazer uma necessidade. Uma necessidade não atendida leva ao descontentamento.	A ação é obrigatória: obrigatoriedade de realizar ações para que os direitos sejam uma realidade
As pessoas têm necessidades que devem ser atendidas, e essas necessidades podem ser atendidas com prioridade	As pessoas têm direitos e reivindicações que são reconhecidos por lei: o não respeito a um direito leva a uma violação, a uma situação em que é legal e legítimo buscar reparação.
Os pobres merecem ser ajudados: são objetos de caridade	Os pobres têm direito à assistência
Algumas pessoas devem ser excluídas (ou seja, o número de pessoas alvejadas é inferior a 100%)	Todos os seres humanos têm o direito de realizar seu potencial e devem ser auxiliados para alcançá-lo (ou seja, o número de pessoas visadas é de 100%)
As pessoas visadas no trabalho de desenvolvimento são beneficiárias passivos; elas podem ser convidadas a participar para tornar os programas e projetos mais eficazes	Pessoas alvejadas pelo trabalho de desenvolvimento são participantes ativos por direito
Algumas necessidades podem não ser reconhecidas em algumas culturas	Os direitos são universais e inalienáveis. Eles não podem ser diluídos ou removidos
As estruturas de poder são muito difíceis de mudar e devem ser encontradas maneiras pragmáticas para trabalhar com elas	As estruturas de poder que impedem o progresso na realização dos direitos humanos devem ser efetivamente alteradas
O desenvolvimento é um processo tecnocrático e, portanto, deve ser deixado nas mãos de "especialistas" técnicos que sabem mais do que outros.	Os atores do desenvolvimento devem capacitar os detentores de direitos para que possam reivindicar seus direitos e participar da tomada de decisões públicas
Existe uma "hierarquia" de necessidades ", e algumas quase sempre são mais importantes do que outras	Os direitos são indivisíveis e interdependentes, embora em qualquer situação, é necessário proceder prioritariamente

b. Abordagem direito funciona em dois sentidos

Em direção aos detentores de direitos e em direção aos detentores de dever:

1. os indivíduos e as comunidades (detentores de direitos) devem ser plenamente informados sobre seus direitos e participar das decisões que os afetam.
2. os governos e outros responsáveis principais (detentores de deveres/obrigações), precisam de assistência para desenvolver suas capacidades, mobilizar recursos e construir a vontade política necessária para cumprir seus compromissos de direitos humanos.

Detentores de direitos

- ❖ Que são os indivíduos (adultos ou crianças, em comunidades ou não) considerados atores do seu próprio desenvolvimento.

Os Detentores do Dever são obrigados, têm o dever de informá-los, educá-los e dar-lhes os meios para agir porque:

- a participação consciente e plena do detentor de direito é essencial para garantir:

- a apropriação do programa, do projeto, das ações
- perenidade ao progresso alcançado
- que sociedade no seu todo progride.

Detentores do dever

Que são os Estados: têm uma responsabilidade tripla: são obrigados a respeitar, proteger e fazer valer os direitos fundamentais.

- **Respeitar:** os Estados e outros responsáveis principais devem abster-se de obstruir o exercício desses direitos.
- **Proteger:** os Estados e outros responsáveis principais devem impedir que terceiros interfiram no exercício desses direitos.
- **Fazer valer:** os Estados e outros responsáveis principais devem tomar medidas concretas para implementar leis, políticas, instituições e procedimentos (incluindo a mobilização de recursos) para permitir que todos possam exercer esses direitos.

c. Vantagens práticas do uso da abordagem direitos

- Ela é conforme aos acordos internacionais dando por isso legitimidade: o objetivo e as normas são universalmente aceites e estabelecidos dentro de uma estrutura jurídica internacional compartilhada por governos, doadores e sociedade civil. Dá às organizações legitimidade e autoridade.
- Estabelece um objetivo claro e comum de longo prazo (realização de direitos humanos). Este objetivo pode ser partilhado por todos aqueles que trabalham na ajuda humanitária e no desenvolvimento, e as normas para medir o progresso estão claramente definidos.

- Prestação de contas: as responsabilidades de governos, doadores, setor privado, comunidades e indivíduos são identificadas e existem diferentes formas (desenvolvidas e testadas) de responsabilizar esses atores.
- Empoderamento: a participação ativa de grupos desfavorecidos e discriminado (cujos direitos estão em violação) é considerado essencial para alcançar a justiça social, a não discriminação e o desenvolvimento das populações destituídas de algum direito.
- Equidade: Há um forte foco na justiça, igualdade e liberdade e uma vontade de resolver as questões das relações de poder que são as verdadeiras raízes da pobreza e da exploração. Os Estados assumiram o compromisso de alcançar os mais excluídos, ou seja, de restabelecer os direitos dos mais excluídos.
- Maior impacto e maior eficácia: uma vez que enfatiza a responsabilidade, o empoderamento e o ativismo, a abordagem baseada em direitos é considerada muito mais eficaz para enfrentar a injustiça, a pobreza e a exploração pois integra a reclamação pelos direitos.
- Uma abordagem integrada: as abordagens baseadas nos direitos integram o que geralmente é considerado “boa prática de desenvolvimento” numa abordagem holística/global.

d. Porquê adotar uma programação baseada nos direitos?

Por duas razões principais:

- Integra um conjunto de valores e crenças relativos ao ser humano e ao conceito de desenvolvimento expresso nos direitos humanos.
- Tem um conjunto de vantagens práticas em relação às abordagens do assistencialismo e/ou da satisfação das necessidades (ver c.).

e. Programação baseada nos direitos das crianças (PBDC)

A **PBDC** é a versão centrada nos direitos da criança, para a realização dos direitos dos seres humanos, menores de 18 com necessidades e vulnerabilidades específicas, observando os princípios fundamentais da CDC e dos direitos humanos.

Para elucidar o PBDC, vejamos a definição das três palavras que o compõem:

Criança - qualquer menino/a menor de dezoito anos, período de vida especialmente considerada em termos de direitos humanos, caracterizado por capacidades em evolução, exposta a várias vulnerabilidades em comparação com os adultos.

Direitos - definidos como direitos humanos internacionais aplicáveis às crianças, estipulados principalmente na CDC, mas também em todas as outras convenções de direitos humanos.

Programação - gestão de um conjunto de atividades, partindo de uma análise da situação, definição de objetivos, resultados, estratégias, planificação, implementação e monitoramento, a fim de atingir uma determinada meta ou objetivo ao mesmo tempo em que incorpora boas práticas de desenvolvimento.

IV. CICLO DE PROJETO

De forma simples e compreensiva, o ciclo de Programação inicia com a Planificação (o que é que vamos fazer, quando e como, onde, porquê).

A Planificação é a programação das ações e operações a serem realizadas:

- num domínio específico,
- com objetivos específicos,
- com meios específicos,
- e durante um período, tempo (e etapas) específicos.

A ideia principal é que os projetos / programas sejam elaborados para resolver problemas enfrentados por grupos / beneficiários, mulheres e homens. Na abordagem direito esses problemas têm a ver com os direitos em violação.

As grandes etapas do ciclo de um projeto ou programa começam com uma fase de diagnóstico e de análise.

- **Análise da situação** a partir de um problema identificados: Durante esta etapa, a situação existente é estudada para desenvolver uma visão da “situação futura desejada”.
- **Fase de conceção e planificação:** Desenvolver uma visão leva a identificar os objetivos, os resultados que se encadeia na formulação das estratégias, na identificação de atividades para alcançar os resultados e se terminam por uma elaboração de um orçamento: documento completo do projeto estabelecido.
- **Fase de execução ou implementação:** Realizar atividades para atingir os resultados e os objetivos. Com uma planificação miúda fazer o que é necessário atempadamente. O que significa reunir as condições previstas no projeto para o efeito.
- **Fase do seguimento e da avaliação.** O seguimento inicia-se no momento do arranque do projeto: velar pelas condições adequadas de implementação, prestar atenção aos fatores internos e externos que facilitam ou dificultam, mudar estratégias se necessário. Já a avaliação, é uma fotografia. Feita num momento dado, mostra o que existe nesse momento. O resultado do seguimento pode ajudar a entender esse momento.

Para facilitar, alguns autores, preferiram detalhar mais essa programação, como segue:

FASE	DENOMINAÇÃO	CONTEÚDO
1	Identificação	Anúncio da ideia inicial de um projeto associado a uma orientação geral e a uma análise de situação
2	Conceção	desenvolvimento detalhado do projeto considerando os aspetos técnicos e operacionais
3	Validação	Viabilidade social e económica, incluindo os aspetos técnico, institucional e contextual
4	Formulação	Preparação e redação da proposta do projeto para aprovação e captação de recursos / procura de financiamento
5	Implementação	Desenrolar do projeto de acordo com os objetivos fixados pela realização das atividades programadas e orientado para a obtenção de resultados específicos. A implementação se divide em monitoramento e avaliação do projeto
5.1	Seguimento / Monitoramento	Verificação regular e contínua do bom funcionamento do projeto de forma a integrar as ações corretivas necessárias no seu desenrolar
5.2	Avaliação	Avaliação em determinados períodos para avaliar e medir o cumprimento dos objetivos e fazer recomendações para a continuação do projeto ou para a implementação de projetos semelhantes.

V. PROJETO COMO PARTE INTEGRANTE E RESULTADO DE UM PROGRAMA E DUMA PROGRAMAÇÃO

Considerando que os programas constituem um conjunto de projetos que contribuirão para a realização de objetivos ou de resultados complementares, os projetos são parte deles.

Quando se fala do alinhamento de um projeto com as prioridades do país, refere-se à relação dos objetivos/prioridades do projeto com os objetivos/prioridades estabelecidos pelo governo no seu plano de desenvolvimento do país, ou no seu programa de governação ou ainda no seu programa sectorial. Caso não exista o alinhamento, o projeto é a priori inviável.

Todos incluindo os planos que são constituídos de vários programas iniciam pela mesma porta: a análise da situação. É evidente que a complexidade dessa análise depende do documento a elaborar (Plano, Programa ou projeto) devido aos múltiplos fatores a ter em conta. Deste modo, o projeto é também resultado de uma programação segundo a definição de programação como gestão de um conjunto de atividades, partindo de uma análise da situação etc.

a. **Análise da situação** é a primeira etapa, consiste em:

- avaliação do problema e dos desafios em relação a temática, neste caso: abuso e exploração sexual de crianças;
 - *um instrumento muito usado para a análise do problema é a árvore de problemas*
- análise das prioridades nacionais e das partes interessadas relevantes:
 - *diante da problemática, quais são as prioridades definidas para o estado e quais as prioridades para os parceiros nacional (sociedade civil) e internacionais (agências das nações unidas),*
 - *os planos de desenvolvimento nacional, local, os documentos das estratégias sectoriais,*
 - *O Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Cabo Verde (UNDAF) 2018-2022*
- identificação das capacidades nos níveis político, organizacional e individual necessários para enfrentar com sucesso esses desafios;
 - *quem tem capacidade a nível político, organizacional e individual para ajudar a enfrentar com sucesso os desafios*
 - *a nível nacional: deputados, ministros e DG das áreas*
 - *a nível local: camaras municipais, ONG, associações*
 - *peçoas recursos individuais com competências específicas e provadas*
 - *etc....*
- definição das intervenções prioritárias (da nossa organização). Aconselha-se também ao uso da teoria de mudança: Se se fizer isto vai acontecer aquilo.

O principal resultado da definição das intervenções é de revelar as áreas prioritárias: por exemplo a prevenção, apoios específicos às vítimas, apoio as famílias vulneráveis, reforço do sistema, reforços das capacidades dos atores etc.

b. Análise das partes interessadas

Nesta etapa, faz-se a análise das partes interessadas que são constituídas qualquer indivíduo, grupo de pessoas, instituição ou empresa que possa ser afetada pelo sucesso ou fracasso do projeto (como implementadores, facilitadores, beneficiários ou adversários).

A fim de otimizar os benefícios sociais e institucionais do projeto e limitar os impactos negativos, a análise das partes interessadas permite identificar qualquer parte que possa ser positiva ou negativamente afetada pelo projeto e a forma como é afetada. São eles: atores de base - populações locais, organizações locais ou profissionais, gestores de projetos, instituições e operadores parceiros na implementação, ministérios e suas delegacias, financiador e seus representantes.

As partes interessadas devem ser classificadas teoricamente, subjetivamente (porque não é com bases científicas) de acordo com 2 critérios: quem pode ajudar ou pode aderir as ideias do projeto e quem tem probabilidade de resistir as ideias do projeto ou dificultar a implementação.

A seguir, precisamos definir **as táticas e as ações concretas** em relação a cada grupo, como segue:

- **informar** as partes menos influentes, mas que apoiam as ideias do projeto,
- **envolver** partes influentes que apoiem as ideias do projeto (por exemplo, dando-lhes responsabilidades e os meios de ação (formação, recursos financeiros para concretizar seu apoio),
- **satisfazer** as partes influentes que não apoiam a mudança (por exemplo, escutá-los e dialogando com elas)
- **seguir de perto** as partes menos influentes que não apoiam as ideias do projeto (não muito influente, a priori improvável de inviabilizar o processo, no entanto, é necessário regularmente “medir a temperatura” desses grupos de pessoas).

c. Análise estratégica da organização: o SWOT

Igualmente precisa-se, ter consciência das capacidades reais como organização, fazendo uma análise da organização por mais pequena que seja. Para isso, usa-se a ferramenta de análise estratégico, o SWOT, sigla em inglês que quer dizer: Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças.

A análise SWOT vai permitir fazer dois diagnósticos:

- um interno da organização, que identifica os pontos fortes e os pontos fracos;
- um externo, que identifica as oportunidades e ameaças presentes no contexto e que pesam a organização.

Matriz SWOT

Fatores	Positivos	Negativos
Internos a organização	Forças	Fraquezas
Externos a organização	Oportunidades	Ameaças

O objetivo deste exercício é de levar em consideração na estratégia, fatores internos e externos, visando maximizar os potenciais das forças e oportunidades e minimizar os efeitos das fraquezas e ameaças.

d. Matriz das intervenções locais e nacionais

A ferramenta matriz das intervenções nacionais e locais ajuda a visualizar e analisar quem faz o quê, porquê, como e onde e qual poderia ser a intervenção da nossa organização considerando nossa experiência e mais-valia organizacional.

MATRIZ DAS INTERVENÇÕES

Áreas prioritárias	Instituição do Estado	Associação A	Igreja	PJ	Tribunais	Avaliação O que que esta feito, Com quem, Como O que não é feito	O que podemos fazer (olhando nossa experiência e mais-valia)
Área A: Prevenção da violência sexual							
Área B: Apoio psicológico a vítimas							
Área C: Acompanhamento judicial							
Área D: Apoio socio económico as famílias							
Área E: Reintegração socioeconómica das vítimas de exploração sexual							
Área F:							

A avaliação das vantagens comparativas (experiência, mais-valia) de forma realista ajuda a encontrar solução de problemas e de desafios identificados, permite identificar a área de intervenção e os objetivos de forma clara, minimiza a redundâncias, identifica sinergias e complementaridades, bem como permite a melhoria da coordenação.

Nesta etapa, as ideias estão mais ou menos claras, mais ou menos alinhavadas e então: Mão às obras!!!

VI. PROJETO E SUA ESTRUTURA

a. Afinal o que é um projeto?

- Uma ideia organizada a volta de uma situação inicial observada, estudada, analisada sobre a qual queremos agir para melhorá-la; uma ideia estruturada sobre um problema encontrado o qual desejamos agir para reduzir ou eliminá-lo.
- o projeto consiste no uso de técnicas bem definidas (análise da situação/problema: árvore de problemas, quadro lógico, SWOT, etc.) para identificar claramente as causas do problema, estabelecer objetivos, resultados claros, planificar as atividades e orçamentá-las.
- para a implantação de um projeto capta-se recursos (humano, financeiros, materiais, natural) para produzir resultados de curto prazo, por isso:
 - é uma combinação de recursos humanos, financeiros, materiais e naturais para atingir um determinado objetivo, um determinado ou vários resultados.
 - esses resultados são supostos produzir efeitos a médio prazo e, a longo prazo, esses efeitos são chamados de IMPACTO e podem ser previstos no projeto.

As estruturas dos projetos diferem muito pouco. Algumas organizações ditam a sua estrutura: para facilitar quem elabora o projeto ou para dar ênfase a certos capítulos. Para uns a estratégia é muito importante. Para outros a definição clara dos resultados quase que satisfaz. A norma é clareza de ideias, consistência dos capítulos e as ligações entre eles.

Aprender a construir um projeto segundo a sua estrutura clássica, permite dar resposta a qualquer parceiro técnico-financeiro que, para além de disponibilizar-se a financiar o projeto, também tem um olhar sobre a parte técnica.

Se o projeto tem ideias inovadoras, mas não convence do ponto de vista técnico, não convence o financiador que é chamado de parceiro técnico financeiro porque tem capacidade de avaliar tecnicamente o projeto e de contribuir para o seu aprimoramento.

b. Estrutura de um projeto

1. Justificativo
2. Objetivos
3. Grupo-alvo
 - a. Beneficiários Direto: Crianças, indicar faixa etária, condições específicas
 - b. Beneficiários Indiretos: família, comunidade, escola
4. Resultados
5. Estratégias e metodologia
 - a. parcerias para dar respostas as diversas causas estruturais, participação de meninos e famílias na procura de solução
 - b. Identificar e escutar os BD e BI sobre suas condições e propostas de solução,
 - c. alinhamento com as prioridades nacionais e com ODS
6. Atividades
7. Quadro logico
8. Seguimento e avaliação
9. Orçamento

c. Conteúdos dos capítulos do projeto

O quadro lógico, o seguimento e avaliação, a calendarização e a orçamentação, embora partes da estrutura do projeto serão tratados de maneira diferente considerando suas especificidades.

1. Justificativo: 1-1,5 página

- Constatações: antecedentes a nível local, ilha, nacional
 - Observações nossas, dos parceiros, da média (notícias): fenómeno, casos
 - Estudos
 - Outras fontes: indicadores da PJ e dos animadores
- Análise do problema: aplicando a abordagem direito
 - Que análise as fontes citadas fazem do problema, é suficiente? Aplicam a abordagem direito?
 - Análise do problema, das causas e das consequências (árvore de problemas),
 - necessidade (porquê) da intervenção: pontos críticos que nos levam a atuar
- Hipóteses de soluções:
 - Identificação da área prioritária da intervenção
 - Quem esta a atuar no problema
 - Quais são as outras intervenções
 - Qual é a nossa intervenção que traz mais-valia: mandato, que lacunas vai colmatar, nossa capacidade de intervenção (recursos, influências e parcerias)
 - Enunciar globalmente os objetivos globais e específicos

2. Objetivos

- Descrição do estado positivo no qual a situação, a população alvo se encontrará no final do projeto executado.
- O estado positivo deve ser concreto e mensurável: possível verificar no final do projeto se, e em que medida, o objetivo foi alcançado. Os indicadores servem para medir, comparar. Qual o indicador de partida?

Um exemplo de Objetivo Global: Reduzir a incidência de exploração e abuso sexual infantil em Cabo Verde

Um exemplo de Objetivo específico: Reforçar o sistema e o mecanismo de proteção das crianças contra a exploração e abuso sexual em Cabo Verde

A ideia por de trás é: Se reforçarmos o sistema e o mecanismo de proteção o número de novos casos surgidos numa determinada população (crianças) e num determinado intervalo de tempo (em dois anos, tempo de duração do projeto) vai reduzir.

3. Grupos-alvo

Normalmente subdividido em dois grandes grupos: os beneficiários diretos e os beneficiários indiretos. Os primeiros são os grupos nos quais os problemas se manifestam em primeiro lugar. No nosso caso as crianças e as crianças de 14-17 anos de idade.

Os beneficiários indiretos seriam suas famílias (protetores de primeira linha), professores e membros de organizações que trabalham na área de proteção da criança.

4. Resultados

São sempre mudanças mais importantes ou positivas que se deseja ver: comportamentos ou práticas individuais, comunitários; comportamentos ou práticas institucionais com relação as abordagens, as parcerias e as políticas.

Os resultados estão sempre no centro do diálogo com os parceiros: o que é que queremos ter, obter com o projeto, por exemplo:

- **Resultado 1:** profissionais capacitados para responder aos desafios da problemática: na prevenção, no tratamento, no seguimento e na resolução holística dos casos.
- **Resultado 2:** sistema e mecanismo de proteção dando respostas articuladas e holísticas aos casos de violência sexual contra as crianças
- **Resultado 3:** grupos-alvo direto e indiretos mais conscientes dos riscos da violência sexual (AESC) nas crianças e sabem como proteger e auto-proteger

Todas as atividades que se vão identificar devem contribuir para a obtenção dos resultados, somente desta forma são válidas.

A regra de ouro é: realizar atividades e gerir o projeto para ter resultados.

5. Estratégias e metodologias

A estratégia é o caminho, a maneira, ou uma ação escolhida para alcançar os objetivos e resultados estabelecidos. Um objetivo pode ter diversas estratégias. Aqui estão duas estratégias centrais citadas com frequência: a parceria e o reforço de capacidades.

A Metodologia seria o processo pelo qual conseguiremos estabelecer, fazer valer a parceria ou o processo pelo qual vamos reforçar as capacidades tudo isso para que atinjamos os objetivos e resultados preconizados:

O alinhamento com as prioridades nacionais e com ODS é uma estratégia na medida em que se não se alinhar com isso, nem o governo nem as organizações internacionais, aventurariam em apoiar o seu projeto. Para isso, precisamos responder as questões: Quais são as prioridades nacionais em relação aos objetivos do projeto e como é que os objetivos do projeto contribuem para o alcance dessa(s) prioridade(s). Os objetivos do projeto encaixam-se em que ODS? Porquê?

Alguns projetos trazem já nos justificativos as respostas referentes ao alinhamento.

6. Atividades

Uma das ideias básicas do MCL é que não se deve iniciar pelas atividades, mas pelo que queremos alcançar, pelas mudanças que o grupo-alvo espera que aconteça ou seja o resultado.

Identificar as atividades, trata-se **de traduzir os RESULTADOS em atividades que concorrem para sua realização:**

Resultado 1:

- Atividades 1
- Atividade 2
- Atividade 3

Resultado 2:

- Atividades 1
- Atividade 2

Resultado 3:

- Atividades 1
- Atividade 2
- Atividade 3

Definindo as atividades para atingir os resultados, evita a realização de atividades para o Show off que gasta dinheiro e energia. Na realidade, uma vez definidos os resultados, é importante fixar neles as energias e vontades.

Com certeza que haverá sempre pelo caminho grandes e pequenos constrangimentos. É preciso se adaptar a eles e encontrar soluções. A Crise do COVID 19, trouxe grandes dificuldades. Não mudou nem o nosso objetivo e nem os nossos resultados esperados. Até pode ter piorado a situação ruim que se queria inverter e que anunciamos nos objetivos e nos resultados. Então é a estratégia, quase sempre, que deve ser revista. Talvez, também, ser mais realista em relação aos objetivos e resultados no sentido de baixar a taxa ou o número projetado.

d. Quadro lógico

O quadro lógico resume na forma de uma tabela-matriz todas as informações-chave de um projeto: objetivos, resultados, atividades, hipóteses, riscos, programação, recursos.

O Quadro lógico é um método de planejamento de projetos orientados para os objetivos e para os resultados. O Quadro lógico é:

- um instrumento que permite orientar o planejamento, a análise, a apreciação, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e programas de acordo com os objetivos e resultados.
- uma ferramenta que é usada para análise lógica e pensamento estruturado quando se se planeia um projeto e que garante que o projeto seja relevante, alcançável e viável.
- um quadro baseado numa série de questões que, se utilizadas em conjunto, estruturam e servem de suporte para o diálogo entre os diferentes atores de um projeto.
- um meio para criar participação, responsabilidade e interiorização.

QUADRO LOGICO: Formato clássico

Descrição do Projeto	Indicadores	Fontes de verificação	Hipóteses
Objetivos gerais OG - contribuição do projeto para os objetivos (impacto) de uma política ou programa	Como é que os OG serão medidos em termos de quantidade, qualidade e tempo?	Como e onde as informações serão coletadas, quando e por quem?	
Objetivo específico OE - benefícios diretos para o (s) grupo (s) alvo	Como é que os OE serão medidos em termos de quantidade, qualidade e tempo?	Idem	Se o objetivo específico for alcançado, quais premissas devem ser confirmadas para atingir a OG?
Resultados - produtos ou serviços tangíveis fornecidos pelo projeto	Como as realizações serão medidas em termos de quantidade, qualidade e tempo?	Idem	Se os resultados forem obtidos, quais premissas devem ser confirmadas para atingir o objetivo específico?
Atividades - tarefas a serem realizadas para alcançar os resultados desejados	Recursos	Custos	Se as atividades foram realizadas, quais premissas precisam ser confirmadas para se obter os resultados?
			Quais pré-requisitos devem ser atendidos para o início das atividades?

Em anexo, encontra-se o Quadro Lógico do projeto Reforçar o sistema e o mecanismo de proteção das crianças contra exploração e abuso sexual em cabo verde

e. Seguimento e avaliação

O **seguimento também chamado de monitoramento** é a coleta e análise regular e sistemática de informações à medida que o projeto avança. É, pois uma função permanente baseada na recolha metódica de dados para os disponibilizar aos responsáveis e atores, que estão na base de um projeto em curso de implementação: esses dados dão indicações sobre o estado de andamento e a progressão em direção aos objetivos do projeto, suas análises facilitam a tomada de decisão atempada, garantem a transparência e servem de base para a avaliação e capitalização da experiência.

O Quadro lógico integra os indicadores quer de base quer ainda do projetado pelos objetivos e dos resultados esperados. Os indicadores são dados a seguir e a coletar que são válidos apenas se integrados como indicadores do projeto.

Essa atividade é feita em geral por trimestre. O objetivo é de melhorar a produtividade e a eficiência de um projeto ou organização.

O monitoramento é cada vez mais considerado de importância visto a sua contribuição entre outros para a boa governação, a transparência na gestão dos projetos e dos fundos, a tecnologia de Informação e Comunicação, o desenvolvimento sustentável, a descentralização, a abordagem participativa e a apropriação, a sustentabilidade, viabilidade das ações e projetos.

Cabe ao responsável pelo seguimento de verificar o andamento das atividades planeadas durante a fase planificação e verifica se se avança na direção de obtenção dos objetivos e resultados estabelecidos. Para as organizações de porte reduzido, o seguimento é obra simplesmente do gestor ou do coordenador da organização.

Esta atividade permite ter o projeto sob controle, conhecer se algo está errado, se os recursos disponibilizados são suficientes e estão sendo usados como deveriam, se a capacidade da organização é suficiente e apropriada e se está sendo usada para o que foi planificado.

O plano de seguimento e avaliação é uma das ferramentas de planificação usada no dia a dia. Indica a forma como os resultados e as atividades serão acompanhados, as reuniões periódicas de programação e de avaliação de trabalhos de terreno, a apresentação dos relatórios trimestrais com seguimento dos indicadores, as fichas de atividades, de visitas de terrenos (que são sobretudo fontes de informação e meios de verificação).

A matriz de seguimento é centrada nos resultados e respetivos indicadores.

MATRIZ DE SEGUIMENTO

Resultados	Indicadores	Fonte dos dados	Método de coleta	Responsável da coleta	Frequência	Utilização dos dados	Observações

A **avaliação** é a comparação entre os resultados reais do projeto e os resultados esperados definidos e acordados. Trata-se de verificar o que se propôs a fazer, o que se realizou e como as atividades foram realizadas.

A avaliação pode ser formativa (ocorre ao longo do ciclo de vida do seu projeto ou organização, com o intuito de melhorar a estratégia ou a forma como o projeto ou organização opera). A avaliação também pode ser sumativa (tirar conclusões de um projeto concluído ou de uma organização que já não é operacional).

Monitoramento e avaliação são ações que permitem identificar e medir os resultados de projetos, programas ou políticas com fins de i) pilotagem estratégico e operacional para melhor programar novas ações e estratégias, ajustar as estratégias de intervenção ao contexto ii) comunicação as partes interessadas, aos financiadores e a opinião pública.

A diferença é que:

- O seguimento verifica o bom andamento do projeto, permite a tomada de medidas corretivas, comunicando o andamento aos responsáveis e alertando-os para as dificuldades. O seguimento preocupa-se com o uso de recursos, o andamento das atividades e o alcance dos resultados do projeto.
- A avaliação ocorre num dado momento, fornece lições destinadas a melhorar a eficácia, eficiência e impacto da programação futura, para alimentar a revisão de políticas e estratégias. Por isso, examina toda a cadeia de resultados, desde o uso de recursos até os impactos. Inclui a análise da relevância do projeto.

A combinação de processos de planificação, monitoramento e avaliação leva à gestão por resultados quando orientada para o alcance de resultados e não para realização sistemática de todas as atividades e obter todos os resultados dentro do prazo.

Existem vários modelos de planos e matrizes de seguimento perfeitamente adaptáveis.

A **matriz de avaliação** está estruturada de acordo com as questões gerais de avaliação: justificativo, eficiência, eficácia, sustentabilidade, impacto e relevância.

Matriz de avaliação

	Perguntas	Indicadores	Fontes de dados	Metodologia
Questões sobre pertinência				
Questões sobre eficiência				
Questões sobre eficácia				
Questões sobre relevância				

f. Calendarização das atividades

Existem vários modelos que podemos encontrar no google. Trata-se de distribuir as atividades por 12 meses ou por trimestre, considerando o início e o termo do projeto. É apenas uma ficha de bordo, mas de grande utilidade. Hoje, existem programas informáticos de gestão de projetos que integram esses elementos.

NOME: PROJECTO X					Estatuto	Observações
Resultados/Atividades	Trimestre 1	Trimestre 2	Trimestre 3	Trimestre 4		
Resultado 1						
Ativ 1:					cumprido	
Ativ 2:					Em atraso	
Resultado 2						
Ativ 1:					cumprido	
Ativ 2:					Replanificado T3	

g. Orçamentação

É uma atividade de estimação dos custos das atividades. Deve-se conhecer os preços praticados no mercado para tudo quanto é necessário contar, de tudo quanto necessitamos de facto para implementar o projeto:

O EXCELL é sem dúvida o melhor para este exercício. Os postos orçamentais cobrem em geral:

Designação	Unidade	Nº Unidade	Preço unitário	Preço Total
1. Despesas de funcionamento				
Aluguer				
Encargos com água e luz				
Comunicação				
Sub total				
2. Recursos humanos				
coordenador				
Administrador/contabilista				
Animadores				
Sub total				
3. Seguimento das atividades				
Bilhetes avião				
Deslocação local taxi				
Alojamento				
alimentação				
Sub total				
4. Consumíveis				
Consumíveis: papel, toner etc.				
Sub total				
5. Atividades				
Resultado 1				
Atividades 1				
Atividades 2				
Sub total				
Resultado 2				
Atividades 1				
Atividades 2				
Sub total				
Total Geral				

Exemplo 1

Este aqui é um exemplo do cálculo de custos de atividades a nível de uma associação ou de um outro tipo de organização.

BOAVISTA ORÇAMENTO ABRIL -JUNHO 2021

Atividades	Atividades	Unidade	N° Unidade	Preço Unitário (CVE)	Custo Total (CVE)
Comp #1	Sensibilizar e capacitar 95 crianças por trimestre, do Bairro Barraca-Boa esperança em autoproteção contra abuso e exploração sexuais				
1.1	Elaboração de ficha e identificação do grupo alvo: 3 RH x 5 dias	3	5	500	7 500
1.2	Elaboração Plano de implementação da componente # 1: 2 caixa de água	12	2	50	1 200
1.3	1 Encontro 5 membros Rede com 3 professores, 2 psicólogos e 2 assistentes social : definir jogos e enquadramento técnico : 2 caixa de água	12	2	50	1 200
	Sessões de animação 7 grupos/14 enquadreadores sobre temas do abuso e exploração sexual , identificação de riscos, autoproteção e direitos de criança 2 sessões* 7 grupos* 1 mês	14	6	2000	168 000

VII. AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO

Estamos diante de atores muito motivados, convictos de que estão fazendo bem em prol das crianças nesta luta que lideram há anos, pelo menos como ativistas. Atores que conhecem bem as realidades, contextos de exploração e abusos sexuais cometidos contra crianças nas suas ilhas.

Embora a maioria dos participantes da sessão 2020 não tenha devolvido as folhas, as anotações do conteúdo dos debates e os esclarecimentos solicitados permitiram reunir os elementos para uma avaliação global e sumária, aqui apresentada. A avaliação da formação sobre a concepção de projeto cobre os sete membros da rede participantes da formação de março de 2021.

- **Sobre os conceitos-chave:** a proteção, a exploração sexual de crianças, a ligação com o tráfico e o turismo não eram suficientemente dominados. Persiste a confusão entre o abuso e a exploração sexual de crianças, muitas vezes, alega-se que esta última não existe em Cabo Verde ou numa determinada ilha. É claro que ainda é um tabu de tal forma que, ao nível dos dados estatísticos disponíveis, os dois são associados e aparecem como um indicador único.
- **Sobre turismo sustentável e responsável:** há ausência de empresas vinculadas ao turismo nas redes. Existe uma espécie de barreira que diz respeito ao facto de o turismo ser a espinha dorsal da economia do país: há quem pense que não devemos falar da exploração sexual de crianças na sua relação com o turismo porque pode afetar negativamente esta atividade em Cabo Verde. Durante o treinamento, verificou-se que poucos membros da rede conheciam o Código Global de Ética do Turismo (OMT) e o Código de Conduta da Rede ECPAT. É importante referir que após os ciclos de formação, o ICCA e o UNICEF reuniram-se no dia 31 de março de 2021 com os operadores turísticos do Sal para a apresentação do Código de Conduta Global para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e Turismo. O objetivo foi sensibilizar a classe de operadores, visando o seu engajamento na implementação do plano nacional de luta contra a violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.
Foi difícil falar sobre os documentos de política para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde à luz da consideração dos direitos das crianças e dos homens. Ninguém conhecia tais documentos e esses documentos falam pouco sobre a relação entre turismo e direitos da criança. Estamos falando do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021; Importância Estratégica do Turismo em Cabo Verde, 2020; Plano Estratégico 2018-2020 da Cabo Verde Trade Invest.
- **Nos Estudos de Caso (experiências no local de trabalho) e o Desenvolvimento de competências para compreender, prevenir e gerir situações de violência sexual** contra as crianças, é necessário ter em consideração que não basta falar, mas é necessário documentar os casos, saber como coletar e preservar as provas com segurança total (faltam documentação e provas de acordo com o que dizem os juízes) e reforçar o domínio dos conceitos. Também é urgente desenvolver as fichas e harmonizar o conteúdo das mensagens-chave, fortalecer o conhecimento e as habilidades de autoproteção e dominar a abordagem baseada em direitos. Parece

que os discursos/mensagem chave diferem dependendo do ator. A tendência é disseminar mensagens com conteúdos e abordagens psicológicos e moral.

- **O quadro jurídico nacional e internacional:** sobre isto, havia um grande vazio. Todos tinham o CDE nas mãos. Se o apoio às vítimas no tribunal é um dos pontos fracos, é também porque poucos atores se sentem capacitados por desconhecimento do quadro jurídico nesta área. A grande novidade foi a apresentação do projeto de lei sobre crimes de agressão e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Esta apresentação mostrou os limites da legislação nacional, em particular do código penal e permitiu compreender porque é que determinados tipos de violência não são tidos em consideração.
- **Sobre o sistema de proteção, indicadores e padrões da CEDEAO-RAO:** há quase quatro anos que o sistema, mecanismo e abordagem da proteção à criança em Cabo Verde, bem como o fluxo de serviços essenciais estão sendo objetos de análises e de discussões. No entanto, a reforma é considerada lenta. Parece-nos que a dificuldade reside em compreender e aplicar as abordagens complementares: a baseada nos direitos e a holística. **Os conteúdos das apresentações sobre os indicadores e normas da CEDEAO-RAO**, parecem ser uma novidade, chamaram a atenção dos participantes que pediram muitos esclarecimentos.
- **Sobre a programação baseada em direitos e a conceção de projetos**, incluindo a gestão baseada em resultados: o primeiro grupo beneficiário (formação em março de 2021) foram os 7 coordenadores de redes locais. É claro que todas já administraram fundos que vêm sendo mobilizados por outras organizações, porém, poucos têm experiência no desenvolvimento de projetos e menos ainda com aqueles que utilizam a abordagem de direitos e objetivam uma gestão voltada para os resultados. Este é um dos motivos que justificaram o coaching individual que a todos beneficiou (exceto Santo Antão). Não é fácil dominar os conceitos e fazê-los funcionar dentro dum projeto em tão pouco tempo.

Concluindo, a capacitação continua sendo a estratégia fundamental para o funcionamento das redes, cujos membros constituem um grupo heterogêneo, pouco experiente na abordagem baseada nos direitos e na captação de recursos. A formação irá equipar os membros para que possam desempenhar os seus papéis na reforma do sistema e do mecanismo de proteção da criança em Cabo Verde. Uma reforma que parece lenta, mas que esta em processo: através de uma consulta, o ICCA iniciou a revisão do fluxo de atendimento; o projeto de lei sobre crimes de agressão e abuso sexual contra crianças e adolescentes foi aprovado na sua generalidade. A próxima legislatura deve ser capaz de revisá-la e aprová-la (no máximo dentro de três meses); o diálogo nacional sobre justiça adaptado às condições das crianças é o resultado do esforço desenvolvido desde 2017 pelas redes com o apoio da ECPAT-Luxemburgo; a rede nacional está se preparando para ter seu estatuto e seu regulamento interno. Um impacto positivo da formação foi a apresentação (31 de março de 2021) aos operadores turísticos do Sal do Código de Conduta Global para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e Turismo.

VIII. ANEXOS

Anexo 1: Apresentação do projeto 0007/2020

Dados de base do projeto: 2020-2022

Título	Reforçar o sistema e o mecanismo de proteção das crianças contra exploração e abuso sexual em Cabo Verde
Data do Início	Julho de 2020
Duração	2020-2022
Parceiros	ICCA, PJ,
Zona de intervenção	9 ilhas de Cabo Verde
Beneficiários	Crianças e suas famílias, sistema de proteção
Custo	150 000 euro
Fonte de financiamento	ECPAT-Luxemburgo
Objetivo Geral	Reduzir a incidência de exploração e abuso sexual infantil em Cabo Verde
Objetivo Específico	Reforçar o sistema e o mecanismo de proteção das crianças contra a exploração e abuso sexual em Cabo Verde

Anexo 2: Indicadores

Para cada indicador listado no quadro lógico anterior, descreva o indicador e como ele será medido. Um exemplo é dado abaixo. Copie e cole a tabela várias vezes para cobrir todos os indicadores.

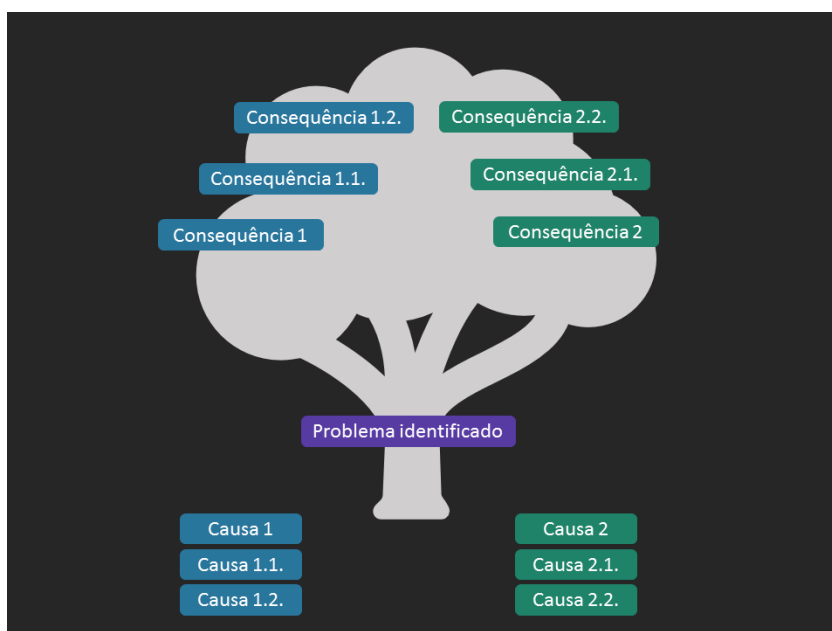
Exemplo 1

Indicador	O número de crianças vítimas de exploração sexual e número de crianças vítimas abuso sexual no país está a ser significativamente reduzido.
Definição	Número dos casos verificados atual comparado aos números dos anos anteriores.
Objetivo	Julgamento da evolução do número das vítimas de abuso sexual e de exploração sexual a nível nacional e na zona do projeto. Vai destacar a eficácia do projeto no combate a esses fenómenos.
Situação de referência	2020: 172 casos de abuso e exploração sexual
Alvo	2022:
Coleta dos dados	Os coordenadores das redes locais
Ferramentas	Questionário local (a produzir)
Periodicidade	Trimestral
Responsável	Coordenadores das redes
Relatório	Os coordenadores das redes transmitem os dados a Coordenação nacional que fará uma síntese dos dados das 9 ilhas. Estas informações serão comunicadas através de um relatório trimestral.
Controle de qualidade	Todos os coordenadores das redes receberam formação sobre os conceitos de base e os indicadores e orientações para desagregação dos mesmos.

Anexo 2: Indicadores
Exemplo 2.

Indicador	O fluxo de serviços de cuidados foi revisto e tecnicamente adotado por todos os parceiros
Definição	O documento
Objetivo	Julgamento da vontade de reforçar a cadeia de prestações de serviços as crianças em risco e vítimas de abuso e de exploração sexual.
Situação de referência	2020: 0
Alvo	2022: 1
Coleta dos dados	Coordenadora nacional das Redes
Ferramentas	0
Periodicidade	Trimestral
Responsável	Coordenadora nacional das redes
Relatório	Coordenação nacional segue e participa do processo. Fará uma síntese do processo através de um relatório trimestral.
Controle de qualidade	Ao nível do ICCA, líder do processo

Anexo 3. Arvore de problema



ACTA SÍNTESE

FECHO DO ATELIER DE FORMAÇÃO

O atelier de formação foi encerrado por Sua Excelência o Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros, o Ministro do Desporto e o Ministro da Família e Inclusão Social, Elísio Freire.

A Sra. Lourença recordou, com grande satisfação, que nos dias 18 e 19 de março, durante a realização do Diálogo Nacional sobre Justiça Amiga da Criança, a presença e, em particular, do Primeiro-Ministro demonstra a estreita colaboração e sólida parceria entre a sua organização e o Governo: Hoje, a ilustre presença do Ministro responsável pelas pastas da área social no encerramento da oficina de formação reforça o compromisso do ACRIDES em trabalhar em conjunto com o governo no sentido de contribuir para a procura de soluções para a violência sexual que atinge crianças em Cabo Verde.

Indicou ainda que a oficina de formação reuniu os coordenadores de redes de Santiago Norte e Sul, Maio, Boavista, São Vicente, São Nicolau, Santo Antão desde 22 de março de 2021 e visa fortalecer as capacidades das redes locais no entendimento i) dos conceitos chave de proteção relacionados com a exploração sexual e abuso de crianças, ii) dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais; na análise do sistema de proteção, fluxos e serviços de proteção e atendimento às vítimas e, por fim, na conceção de projetos com gestão por resultados e em abordagens baseadas em direitos. A Sra. Lourença disse que cada rede sairá com seu plano de trabalho anual para 2021 com base em sua realidade local. Ela fez saber que as redes locais operam de forma voluntária, mas é necessário mais apoio, pois os desafios são enormes.

Sua Excelência o Senhor Elísio Freire, Ministro de Estado, fez uso da palavra para saudar a audiência que lhe foi apresentada, afirmou que as Redes podem contar com o apoio institucional e a presença do governo; Disse que em missão à Ilha do Maio, viu que a rede trabalha na prevenção e sensibilização contra a violência sexual que vitima as crianças. Essas ações são complementares às do governo, além disso, o governo tem todo o interesse em que a sociedade civil seja portadora de boas práticas. Existem dificuldades associadas à descentralização devido à falta de recursos humanos e dificuldades na alocação de recursos onde a necessidade é maior; o governo vai contar com a sociedade civil porque conhece o terreno, liderando ações com resultados tangíveis para o futuro das crianças. Existem problemas comportamentais e estruturais nas famílias, são questões fundamentais que precisam ser abordadas.

Levando em conta tudo o que o Governo já fez, o próximo grande passo será a educação pré-escolar gratuita, para dar maior proteção e igualdade de oportunidades aos pré-escolares, liberando tempo para as mulheres com garantia da proteção para os filhos. Um dos impactos da pandemia foi a deserção dos jardins pelas crianças porque os pais estão com menos recursos. Há necessidade de ações fortes para contrariar a situação negativa que o Covid 19 impôs na vida das crianças e famílias.

O Ministro de Estado disse estar convencido de que o que o ACRIDES fizer através das redes fará uma grande diferença na vida das crianças. Por fim, agradeceu calorosamente aos participantes, declarando a formação encerrada.

Agradeceu e calorosamente se despediu dos participantes.

Ir

26 de março de 2021

Sal: ICCA pede engajamento de operadores no combate à violência e abuso sexual contra menores 31 Março 2021

O Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) reuniu-se, esta terça-feira, 30, com os operadores turísticos para sensibilização da classe, visando o seu engajamento no plano nacional de combate à violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.



Mediante a apresentação do Código de Conduta Mundial para a Protecção das Crianças Contra a Exploração Sexual em Viagem e Turismo, o encontro foi momento de debate desse instrumento por forma a se analisar a sua aplicação prática no País.

Segundo a presidente do ICCA, Maria Livramento Silva, o principal objectivo é fazer com que as crianças sejam protegidas por todos e de todas as formas.

“Vemos que os direitos das crianças muitas vezes são violados... e vamos ver até que ponto o código vai ajudar no sentido de melhorar a protecção a nível geral aqui em Cabo Verde”, referiu.

A responsável apontou que, nesta matéria, isto é, de exploração sexual de crianças, há “muito diz que diz”, daí que a acção é no sentido da prevenção, ver o que é preciso fazer para “acabar com os alarmismos” ligados à problemática.

“Cabo Verde como um País turístico, e a ilha do Sal como a ilha mais turística do arquipélago, temos que precaver e trabalhar esse aspecto para mostrar que podemos fazer um turismo saudável e sustentável”, sublinhou.

“É este aspecto que queremos focalizar e trabalhar com os operadores turísticos. Queremos turismo sim em Cabo Verde já que nossa fonte de riqueza, porém de uma forma saudável, protegendo e promovendo os direitos da criança”, enfatizou.

Neste sentido, refletindo sobre o papel dos operadores, a responsável da infância no País, entende que devem estar mais atentos quanto ao surgimento de eventuais casos.

“Nós queremos a colaboração de todos porque o ICCA sozinho não consegue trabalhar, e procurar a melhor solução para que tenhamos e continuemos a ter um turismo sadio, com a presença de muitos turistas em Cabo Verde”, almejou.

O responsável do Escritório Conjunto do UNDP, UNFPA e a UNICEF em Cabo Verde, Jairson Gomes, fez a apresentação do “Código de Conduta Mundial para a Protecção das Crianças Contra a Exploração Sexual em Viagem e Turismo, reconhecendo o “árduo trabalho” que se vem desenvolvendo em prol da promoção dos direitos e protecção da criança na ilha do Sal, neste caso concreto.

Asemana com Inforpress,

12 de abril 2021

[Missão conjunta do ICCA e UNICEF debate com operadores ...](#)

www.rtc.cv > [tcv](#) > [video-details](#)

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

1. La Programmation basée sur les Droits de l'Enfant, Comment appliquer des approches basées sur les droits dans la programmation, Manuel des membres de l'Alliance Internationale Save the Children, 2006
2. Manuel de cycle de projet, Terre des Hommes – aide à l'enfance, 2012
3. Méthode SWOT: http://www.cota.be/SPIP/IMG/pdf/Fiche_1A_GCP_SWOT.pdf
4. Manuel - Gestion du cycle de projet" de la Commission européenne
http://ec.europa.eu/europeaid/evaluation/methodology/egeval/tools/too_swo_fr.htm
5. PNUD - Guide de la planification, du suivi et de l'évaluation axés sur les résultats du développement" : http://www.undp.org/eo/handbook/french/documents/PME-Handbook_Fr.pdf
6. Suivi et Evaluation, Alliance Mondiale pour la Participation Citoyenne (CIVICUS),
www.civicus.org
7. La méthode du cadre Logique, ASDI, 2003
8. "Monitoring and evaluation (M&E) plan template" <http://www.tools4dev.org/resources/monitoring-evaluation-plan-template/>
9. Quadro lógico projeto "Reforçar o sistema e o mecanismo de proteção das crianças contra exploração e abusos sexual em Cabo Verde, 2020-2022